



**ENTREVISTA JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA** Sócio da SRS Advogados

# “Renegociação das PPP é uma nacionalização que convém a todos”

**Especialista diz que será difícil ao Estado conseguir poupanças adicionais nas PPP rodoviárias.**

**Filipe Alves**

filipe.alves@economico.pt

As Parcerias Público-Privadas (PPP) continuam a ter razão de ser, já que os problemas estão na escolha dos projectos e não no instrumento jurídico. Quem o diz é José Luís Moreira da Silva, sócio da SRS Advogados e especialista em Direito Público.

**Temos assistido à renegociação dos contratos de PPP no sector rodoviário, para reduzir os encargos do Estado. É possível baixar ainda mais os custos?**

Creio que a renegociação das PPP terá terminado, mesmo que o Governo o não confesse. A primeira fase das negociações que foi feita e que teve um impacto de cerca de 300 milhões de euros por ano, era fácil, porque era ‘win win’ para todos: para a banca, as empresas e o Estado – a banca não tinha liquidez, as empresas não queriam endividar-se mais e o Estado não queria pagar. No fundo, o que aconteceu foi uma nacionalização, que convinha a todas as partes: o Estado recomprou a operação e manutenção e reduziu partes de obra que ainda não tinham sido começadas. Daqui para a frente, continuar a renegociar envolve uma alteração substancial das PPP, como mexer no TIR accionista... e isso já não é tão fácil, pelo que entendo que reduzir ainda mais os encargos é inviável, até porque a acontecer os projectos já não conseguiriam cumprir os rácios acordados com os bancos e deixariam de ser ‘bancáveis’.

**Considera que, apesar dos problemas à sua volta e das polémicas dos últimos anos, as PPP continuam a ser um instru-**

**mento jurídico útil para financiar projectos que, de outra forma, não poderiam tornar-se realidade?**

Sou favorável às PPP. O problema não é do instrumento jurídico, económico e financeiro, mas sim da escolha do projecto. Muitos não seriam possíveis de realizar mesmo sem PPP. O problema não é das PPP. Têm de ser bem pensadas. Os projectos têm de ser rentáveis. Nos sistemas continentais, como o português, costumamos ter algumas dificuldades em compreender isto. Em Portugal já tínhamos, desde o século XIX, a figura das concessões de obras públicas. A diferença é que, contrariamente às concessões – onde o Estado não tinha de pagar, pois recebia uma renda pelo domínio público que en-



“

**Também se diz que o Estado costuma ser pior assessorado que os privados, mas não é verdade, porque do lado do Estado estiveram grandes escritórios.**

tregava a um particular – nas PPP o pagamento por parte dos parceiros não é suficiente e portanto o Estado tem de pagar uma parte. Em princípio, este é um instrumento mais do que perfeito para funcionar, desde que realmente o projecto seja viável. A questão não é do instrumento jurídico, mas da escolha do projecto. Mas vamos ver o que sucede. Foram cometidos alguns erros que não voltarão a ser cometidos. Também se diz que o Estado costuma ser pior assessorado que os privados, mas não é verdade, porque do lado do Estado também estiveram grandes escritórios.

**Referiu o antigo modelo de concessões a privados. Admite um regresso a esse sistema?**

Claro que agora se fala novamente em regressar às concessões ou às empreitadas de obras públicas tradicionais em substituição das PPP. A União Europeia, depois de décadas de discussões sobre as concessões, tem finalmente uma directiva sobre concessões de serviço público. É a primeira vez que a União Europeia faz isto. É uma directiva cautelosa, sem grande novidade face ao que já é praticado em Portugal.

**Mas acha que de facto caminhamos nesse sentido?**

O Governo tem falado nisso. Reforçou o controlo das PPP por parte das Finanças, retirando autonomia aos outros ministérios para gerirem as parcerias nos seus sectores. Mas também não há dinheiro, portanto... Como vimos recentemente com os 59 novos projectos prioritários em infraestruturas, temos de ver à partida se temos garantidos fundos comunitários para cobrir a maior parte do investimento. Pode deixar por isso de haver necessidade de PPP e o modelo tradicional pode voltar a servir. ■